

NEOLIBERALISMO E OS ANTECEDENTES DA “CRISE” DO ESTADO¹

Prof.^a Doutora Maria Cristina Soares Paniago

UFAL – Faculdade de Serviço Social

Maceió – Brasil

Resumo

O que nos interessa abordar, neste artigo, é o relacionamento intrínseco entre crise do capital, neoliberalismo e Estado, resgatando as relações causais entre estes e a ordem do capital, tendo em vista a influência determinante que exercem sobre o cotidiano de nossas vidas e o futuro da humanidade. E mais, ao assim proceder, pretendemos apontar para o equívoco de, ao nos determos na parcialidade da investigação sobre a crise contemporânea, identificando o Estado como o causador dos desequilíbrios econômicos e sociais atuais, esperarmos que apenas com uma “refuncionalização” de caráter popular do Estado poder-se-ão reverter os nefastos danos sociais causados aos trabalhadores.

Abstract

The one that interests approach us, in this communication, it is the intrinsic relationship among crisis of the capital, neoliberalismo and State, rescuing the causal relationships between these and the order of the capital, tends in view the decisive influence that you/they exercise on the daily of our lives and the humanity's future. And plus, to the like this to proceed, we intended to appear for the misunderstanding of, to the we stop ourselves in the partiality of the investigation on the contemporary crisis, identifying the State as the cause of the economical and social unbalances current, we hope just with the popular "refuncionalization" of the State could be reverted the disastrous social damages caused the workers.

Keywords: State, Neoliberalism, structural crisis, struggles of class.

Entender o mundo de hoje implica nos debruçarmos sobre uma realidade social comprometida em todos os seus poros pela crise estrutural do capitalismo².

¹ Artigo publicado na Temporalis, Ano VIII, v.15, 2008. Revista da ABEPSS.

² A conceituação da crise como estrutural encontra em Mészáros (2002, p.482/797-800) uma substancial fundamentação, distinguindo-a das crises anteriores do capitalismo. Uma crise estrutural, segundo ele, "afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como

Crise econômica, crise política, crise das subjetividades, das artes e das humanidades em geral – formas variadas de expressão da crise de superprodução que encontra seu fundamento neste modo de produção, relação já revelada por Marx desde o século XIX³.

Como vivemos numa sociedade de classes, tais classes experimentam os efeitos da crise de forma bastante desigual, além de se verem comprometidas com sua solução também de pontos de vista de classe diferentes. Enquanto a classe trabalhadora, fundamentalmente, sofre a crise, a classe capitalista se preocupa em agir imediatamente e intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. Nesse sentido, enquanto classe dominante, e diante das novas exigências postas pela reprodução social capitalista, se coloca na dianteira quanto à formulação de políticas saneadoras da crise.

O Neoliberalismo, enquanto reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas do capital, passa a encontrar espaço efetivo para ideias há muito propagadas (Hayek e seus parceiros reuniam-se em Mont Pelérin nos anos 40 do século XX), a partir da crise mundial dos anos 70 (século XX). Apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital em queda. Essas mesmas medidas intentam realizar objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e trabalho.

também a outros complexos aos quais é articulada." O que não quer dizer que o sistema do capital esteja impedido de "somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua." Porém, no decorrer do tempo, para o autor, a situação global do sistema se agrava, uma vez que esta "maquinaria" tem sido utilizada com "frequência crescente e com eficácia decrescente", sem que se vejam soluções duradouras que revertam as tendências fundamentais do sistema do capital no sentido do "bloqueio de suas válvulas de escape expansionistas." Assim, "uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global."

³ Com base em Marx, afirma Mandel (1990:211/219) em seu estudo sobre a crise do capital que "A crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias", constituída pelo "excesso de mercadorias sem realização do lucro médio esperado", bem como pela "manifestação da queda da taxa de lucro". Mais adiante, acrescenta: "as flutuações da conjuntura são sempre, em última análise, flutuações de acumulações e, portanto, de reprodução ampliada de capital. Mas o processo de reprodução do capital é precisamente a *unidade do processo de produção e reprodução*, como Marx precisou detalhadamente no Tomo II de O Capital."

O Estado vai atuar de forma decisiva na implementação, no âmbito de cada país, de tais medidas neoliberais. Vai mesmo encarnar, no decorrer do desenvolvimento da crise, o papel de principal vilão dos desequilíbrios econômico-financeiros provocados pela crise, através da alegada crise fiscal do Estado intervencionista do período anterior, que atuaria, para alguns, como um dos fatores causadores da crise. Por essa mesma razão, o Estado passa a ocupar a preocupação de governantes, intelectuais e organizações dos trabalhadores, como sendo um espaço eficaz de reversão da crise, pois se contornados os problemas que teriam sido gerados por ele no período que antecedeu a crise estrutural, poderia, então, retomar seu curso e impulsionar a recuperação do crescimento e do emprego. Ainda que isso signifique diminuir sua presença na economia, como diz reivindicar o pensamento liberal, o que não quer dizer tornar-se inoperante, mas ocupar-se de atividades sem atrativos para a acumulação e a expansão do capital.

O que nos interessa abordar, neste artigo, é o relacionamento intrínseco entre crise do capital, neoliberalismo e Estado, resgatando as relações causais entre estes e a ordem do capital, tendo em vista a influência determinante que exercem sobre o cotidiano de nossas vidas e o futuro da humanidade. E mais, pretendemos apontar para o equívoco de, ao nos determos numa investigação pontual sobre a crise contemporânea, identificando o Estado como o causador dos desequilíbrios econômicos atuais, esperarmos que com a “refuncionalização” popular do Estado poder-se-ão reverter os nefastos danos sociais causados aos trabalhadores.

Aqueles que adotam tal abordagem denotam explícita ou implicitamente a concepção de Estado como esfera autônoma, o qual, em poder dos trabalhadores, poderia reverter a tendência de crise estrutural do capital, através da melhor utilização de seu instrumental político, jurídico e legal, ainda que prescindam de qualquer alteração fundamental na base material produtiva e reprodutiva do capital. De outro modo, a concepção da independência do Estado, diante das exigências da produção material do sistema dominante, também encontra apoio na visão liberal da disjunção entre economia e política, o que favorece o ocultamento da exploração do trabalho pelo capital como a fonte real de riqueza, Expressão da antinomia entre liberdade política formal e desigualdade social real.

No Brasil, vivemos momentos bastante ilustrativos dos resultados deste tipo de concepção, bastando observar os últimos 20 anos da era neoliberal aqui

gerenciada por personificações do capital dos mais variados espectros ideológicos e alianças partidárias – esquerda, direita ou centro – no interior do Estado. Mesmo os que se apresentaram como representantes dos trabalhadores e contaram com um corpo de intelectuais, administradores e sindicalistas experimentados da “esquerda”, em nada modificaram a atuação do Estado. Ao invés de “refuncionalizar” o Estado voltando-o para uma atuação popular e social, foram cooptados pela lógica reprodutiva do capital e suas exigências acumulativas a qualquer preço.

O que parece predominar na função social exercida pelo Estado são os interesses em jogo da classe dominante, os quais necessitam do apoio mais ou menos ativo do Estado. Em período de crise estrutural a atuação do Estado, sempre necessária e presente no auxílio e proteção da reprodução ampliada do sistema do capital, torna-se ainda mais importante, comprometendo-se com a própria sustentação direta de atividades de produção e circulação de valor. A "colaboração do Estado se torna crescentemente intervencionista" (Mészáros, 2002, p.698).

Desde o início do capitalismo o Estado Moderno, ressalta Mészáros citando Mandeville, teve de "'garantir a propriedade' e 'pôr o pobre estritamente a trabalhar', objetivos que têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu estado." Mas com o desenvolvimento do capitalismo e suas dificuldades reprodutivas expostas insistentemente através das crises, não bastava apenas isso. Apesar da defesa neoliberal da necessária redução do Estado, visando facilitar a ação do mercado na restauração da normalidade do crescimento econômico, o que se constata é um movimento contrário. De acordo com análise de Mészáros (2002, p.700),

o estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Pois, sem tal *intervenção direta* no processo socio-metabólico, não mais apenas em situações de emergência, mas em *base contínua*, a extrema periculosidade do sistema capitalista contemporâneo não pode ser mantida em existência.

Essa tendência tem se acentuado com a crise estrutural. O Estado é um complemento fundamental à reprodução do capital e garante a manutenção do sistema como um todo. Compreender sua contribuição (e responsabilidade) quanto à crise estrutural passa pela recuperação dos desenvolvimentos dos próprios

fundamentos da crise e das exigências postas pelo sistema autorreprodutivo do capital na esfera política específica do Estado.

1. Os Antecedentes da Crise

O capitalismo, desde que adquiriu sua maturidade no século XIX, vive acometido por crises. É um sistema que produz contradições insanáveis, crise após crise, recuperando-se por meio de novos períodos de crescimento e expansão, os quais apenas promovem o deslocamento das contradições precedentes e não sua resolução (Mészáros, 2002). Dessa forma, as medidas saneadoras das crises são protelatórias, resultando em novos períodos de crise – as chamadas crises cíclicas. O exemplo histórico mais conhecido é a crise de 1929-33, que resultou na alternativa fordista como forma de expansão da acumulação do capital, juntamente com a ajuda do Estado orientada pela forte influência keynesiana.

Durante algumas décadas foi possível manter as altas taxas de crescimento da economia, a expansão do consumo estimulado pela produção em massa e a valorização da força de trabalho e de seu poder aquisitivo. No entanto, essa expansão da produção e da realização do capital encontrou duas barreiras intransponíveis: esgotamento da ocupação de novos territórios e mercados, e a saturação da capacidade de consumo naquela escala e intensidade. Novas contradições se recolocam, pois uma vez que se buscou o aumento da produtividade por meio do uso mais intenso da tecnologia, o efeito imediato foi a redução da demanda por força de trabalho. Ao mesmo tempo que há um aumento da produção ocorre a eliminação dos potenciais consumidores e um excesso de capitais acumulados, tendo como efeito a crise de superprodução (Mészáros, 2002).

Para compreendermos inteiramente o desenrolar desses fatos e suas consequências sociais, não podemos deixar de colocar em cena a ação da classe trabalhadora. Como fator complementar a esse processo, a total acomodação da classe trabalhadora e de seus dirigentes sindicais a uma política de negociação e de arrefecimento da luta de classe, posta como condição à obtenção dos ganhos materiais, então favorecidos pela fase de ascendência do capitalismo. Predominaram, então, o reformismo e a busca de conciliação de classe,

comprometendo a autonomia e a independência de classe dos trabalhadores, deixando-os à mercê das benesses concedidas pelo capital, enquanto duraram.

Este período não durou por mais de três décadas, e para apenas alguns poucos países do capitalismo avançado. Esgotadas as condições dessa fase de crescimento, nova crise vai refletir a queda das taxas de lucratividade e o acirramento da concorrência para realização do capital no mercado global. A crise se estende a todo o planeta, ainda que com força e intensidade diferenciadas. É acompanhada pela derrocada do bloco soviético e pela incapacidade de reação da classe trabalhadora, agora derrotada pela política de conciliação defendida há décadas pelo reformismo social-democrata.

A iniciativa para o enfrentamento da crise vem da classe capitalista, na defesa de seus maiores interesses. A classe trabalhadora atua como mera observadora no processo de formulação de alternativas à crise, combatida pela derrota da alternativa soviética e pela falência do reformismo do *Welfare State*. Não sem demonstrar todo o seu descontentamento e revolta, como fez nas manifestações de 1968 na França, no outono italiano, entre outros movimentos. No entanto, sem poder oferecer uma alternativa de classe à incapacidade do capitalismo para resolver suas crises.

Caberá ao Estado um papel fundamental no desenvolvimento da crise estrutural do sistema do capital. De modo similar à estratégia keynesiana, cujo objetivo fundamental, à época, de acordo com os interesses da classe dominante, foi auxiliar a aceleração do crescimento das taxas de lucratividade com a garantia política e os benefícios econômicos necessários à implementação do consumo de massa e aos investimentos em infraestrutura facilitadores da realização do capital⁴, hoje, o Estado encontra-se novamente no seio da crise.

Naquele momento, como auxiliar positivo e construtivo de novas condições de desenvolvimento e progresso, o que não pode ser sustentado indefinidamente, porquanto o capital volta a esbarrar em suas contradições imanentes, provocando o esgotamento de sua fase de ascendência. A partir deste momento, os "remédios

⁴ Há uma inter-relação estreita das finalidades (a função social) do Estado keynesiano com o Estado neoliberal, ainda que realizada por meio de medidas aparentemente díspares, pois "ainda que contrária ao *laissez-faire*, mas longe de ser antiliberal, a solução keynesiana se propunha a tratar das crises capitalistas (...) de um modo que salvaguardaria o sistema pelo aumento – estritamente subsidiário e complementar – do envolvimento do Estado no processo de reprodução econômica, sem o qual o autor [Keynes] temia o pior." Mészáros (2002, p.731).

keynesianos" do Estado deixam de produzir os efeitos estimuladores do crescimento, passando a "ser rejeitados nos 'países capitalistas avançados' do Ocidente, quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis" (Mészáros, 2002, p.731).

O Estado passa agora, segundo o mesmo fundamento liberal, a ser responsabilizado sobremaneira pela eclosão da crise, ou seja, por ter se envolvido demasiadamente com os gastos sociais, que acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade do Estado em sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores.

Com base na análise liberal da crise, atribui-se ao Estado boa parte da responsabilidade na eclosão da crise e, ato contínuo, propõe-se sua retirada dos negócios privados, uma vez que o mercado é sempre mais eficiente. Num primeiro momento a esfera pública atuou como complemento fundamental ao desenvolvimento dos interesses privados. No entanto, agora, com o neoliberalismo, o setor público deve se retirar da economia e deixar o curso livre para o setor privado cumprir sua função "benevolente" na sociedade.

Esta aparente alteração do papel a ser desempenhado pelo Estado, sendo substituído o Estado sob orientação keynesiana, da fase de expansão acelerada do sistema do capital, pelo Estado "mínimo" do neoliberalismo, do período de crise estrutural, não pode ser examinada procurando-se os elementos explicativos apenas na análise das diferentes medidas de política que os caracterizam. O elemento de continuidade que pode esclarecer a unidade existente entre eles é a função social que exercem na sustentação política complementar das necessidades materiais da acumulação do capital, em determinadas fases de desenvolvimento do sistema global do capital. Desse modo, a causalidade indutora das variadas formas de intervenção política adotadas pelo Estado, neste período, se encontra nas exigências postas pelo capital para manter sua lógica reprodutiva.

O que vemos, portanto, como determinante nos passos iniciais da crise dos anos 70 não foi a falência do Estado devido a sua incompetência ou desempenho de papéis inadequados, mas sim o esgotamento dos meios utilizados para ampliação da realização do capital, resultando numa crise estrutural agravada pelo acúmulo das contradições e pela ineficácia das medidas remediadoras até então utilizadas.

O fato de não poder enfrentar as causas de suas crises de abundância, pois colocaria em xeque seu próprio modo de existência, levou o sistema a buscar resolver os problemas mais imediatos e no curto prazo (se pensarmos nos 30 anos dourados de crescimento, e nos quase 30 anos de Neoliberalismo e crise), o que só iria provocar explosões futuras, abaladoras da estabilidade artificialmente constituída.

Vejamos como isso pode ser reconhecido nas políticas adotadas pelo sistema global do capital, no período que antecedeu a crise estrutural.

2. Excedente de capital nos países avançados e crescimento da dívida externa na periferia

O que se pode verificar no desenrolar destas últimas décadas é uma requisição ainda maior da intervenção do Estado.

Com o esgotamento das condições anteriores de expansão, assegurada por algumas décadas de crescimento acelerado do consumo de massa e do mercado mundial, novas estratégias se impõem. Já não são mais prioritárias as políticas sociais de benefício indireto à realização do capital e à acomodação da luta de classes que caracterizaram o período de ascendência do capital, no *Welfare State*. O excesso de capital acumulado necessita de novas oportunidades de realização e de centralização. A prioridade da acumulação desloca-se da esfera produtiva, que caracterizou o período anterior, e dirige-se à realização acelerada dos ganhos financeiros através da mundialização do capital financeiro (Chesnais, 1999).

Este movimento pode ser mais bem percebido a partir do início dos anos 70 do século XX, quando os EUA, unilateralmente, rompem com o acordo de Breton Woods, cujo objetivo, em 1944, foi exatamente criar um sistema monetário internacional que superasse a instabilidade monetária e financeira manifestas na crise que levou à 2ª Grande Guerra.

Para a principal potência capitalista, que sai à frente na concorrência mundial após a 2ª Guerra, tais constrangimentos regulatórios dos negócios tornaram-se insuportáveis. Agora, premidos pelos sintomas iniciais da crise, os imperativos

expansionistas do capital passam a exigir novas medidas e formas de realização do capital excedente, o que implica a eliminação de antigas regulamentações pactuadas e a adoção de medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, tais como adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes, operação de financeiras privadas na determinação dos preços das moedas, liberalização dos fluxos de capitais, abolição dos controles sobre o movimento dos capitais. Tal processo de mundialização financeira, conforme análise de Chesnais, se completa nos anos 80 (Chesnais,1999).

Esses desdobramentos liberalizantes do sistema global do capital vêm responder às novas necessidades impostas pela crise que sucedeu o período de intensa acumulação anterior, qual seja o período de ascendência do sistema do capital nos últimos 30 anos.

Mas qual o papel exercido pelo Estado nesse processo de liberalização da economia? Podemos atribuir a ele o papel de “vilão da crise”, como querem os liberais e outros seus oponentes que aceitam tal tese? Qual a função exercida, e se pode atribuir a ele uma função de autonomia (no sentido de independência) diante do capital, ao ser transformado em uma das causas da crise? Nesse sentido, pode-se esperar que o Estado solucione a crise e possua os poderes suficientes para revertê-la, a partir do uso mais adequado e eficiente de seus instrumentos político-legais?

O que se observa historicamente, contrariando tais concepções, é que ao Estado sempre coube o papel e a função mais adequados aos interesses dominantes do capital. Neste caso, do capital global dos países avançados, cujo excesso de capital e o imperativo de uma lucratividade contínua e crescente fizeram com que a busca de alternativas se voltasse à periferia do sistema, exigindo um comportamento contrário do Estado nos países periféricos, qual seja receptor de capital excedente do centro do sistema. Ora tomando vultosos empréstimos externos, ora comprometendo-se a pagar a dívida externa com base nos juros agora determinados pelos agentes bancários e de investimentos liberalizados, com liberdade na fixação dos juros, de acordo com os interesses do mercado e do capital global.

Juntem-se a isso as novas figuras jurídicas e instituições financeiras que surgem no cenário mundial com peso antes inimaginável no capitalismo global.⁵ Companhias de seguros, fundos de previdência privada por capitalização (fundos de pensão) e fundos mútuos de investimentos portadores de volumes gigantescos de recursos financeiros saem à busca de novos meios de recuperação da lucratividade. O Estado entra novamente como agenciador dos apetites insaciáveis do capital. A partir do final dos anos 80, nos países avançados, e dos anos 90, nos países periféricos, o Estado promove a abertura dos mercados e libera o acesso ao capital privado àquelas atividades de natureza pública antes delegadas ao Estado.

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários.⁶ O Estado tem por finalidade, como antes, tomar as providências adequadas que favoreçam economicamente e deem garantias políticas à acumulação do capital em sua nova conformação financeira (claro, preservada a base produtiva, associada aos interesses comuns da acumulação global.)

Ao mesmo tempo que tais medidas vão sendo implementadas, põe-se em movimento uma outra estratégia cuja finalidade é atender às exigências acumulativas do capital em crise, qual seja o crescente endividamento externo dos países periféricos. Processo que se iniciou nos anos 60 e nos anos 70, como resultante da fase final da ascendência do capital, provocando um enorme endividamento externo nos países periféricos, justificado pela alegação de ser a condição necessária à modernização e ao desenvolvimento nacional. Ocorre que, no decorrer dos anos 60, nos países periféricos, os déficits orçamentários começaram gradualmente a ultrapassar o excedente, aumentando rapidamente a dependência

⁵ Nos EUA, em 1996, "os ativos dos fundos de pensão alcançavam 4.752 bilhões de dólares, correspondendo a 62% do PIB americano." (Quesnais, 1999:34).

⁶ Lembra-nos Mandel (1990:231) que "Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado." O que se traduz, segundo ele, em mais desemprego, aceitação de perdas salariais, aceleração do ritmo da produção, piora das condições de trabalho e redução da rede de proteção social.

gerada por tais déficits, pois insanáveis com recursos próprios de uma economia em queda (Sweezy e Magdoff,1988). Governos passam a contrair empréstimos a taxas acima da inflação e do crescimento econômico, e para pagar os juros da dívida incorrem em novos déficits orçamentários. Para recobri-los, novos empréstimos.

À época, o excesso de capitais e o imperativo à expansão e acumulação do capital, ameaçados pela crise do fim do período de ascendência do capitalismo, encontraram assim uma nova forma de resgatar a economia da tendência à estagnação – uma vez que Keynes e seus remédios, por meio de doses maciças de gastos deficitários, já haviam sido utilizados. Nos termos colocados por Sweezy e Magdoff (1988), não havia mais nada no “saco de truques”. Esse processo resultou na fragilidade do sistema, hoje, extremamente sensível a tensões e pressões.

O resultado foi a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à travessia da crise, transferindo riqueza para o coração do sistema global através da transferência de capitais e do pagamento de dívidas astronômicas mediante juros crescentes (ao sabor do mercado). Instalou-se uma relação em que se estimula (e até mesmo se comemora a entrada em abundância de capitais externos) a dependência do capital externo em excesso, à procura de inversões lucrativas a qualquer preço, ao mesmo tempo que se exigem (internamente) políticas de austeridade e rigidez orçamentária na execução das atividades típicas do Estado, tais como políticas sociais no âmbito da educação, saúde, habitação, assistência social etc.

Liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho. Boa parte dessa estratégia será encaminhada pelo Estado, visando realizar com êxito os desejos acumulativos das classes possuidoras. Mesmo sob a acusação de provocador de uma "crise fiscal", não deixou de lhes ser útil e eficaz em todas as conjunturas: de ascendência e de crise do sistema. Eficiência também reconhecida na repressão ou na cooptação das organizações sindicais e movimentos sociais, e na redução dos benefícios materiais e legais da classe trabalhadora.

2. Função Social do Estado e a Crise Estrutural do Capital

Este aparente paradoxo que contraria a função mediadora do Estado (acima dos interesses de classes), pensada pelos liberais, pode ser desvendado com clareza quando entendemos que ele, fundamentalmente, “é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante” (Engels, 1979).

Em particular o Estado Moderno, na fase do capitalismo maduro, passa a se caracterizar de forma mais cristalina por uma intervenção permanente na base da produção material da riqueza, cuja finalidade é proteger e garantir as condições gerais da extração da mais-valia, fonte originária do capital acumulado e condição ineliminável à expansão.⁷ É um “pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital” (Mészáros, 2002), devendo adequar-se a cada momento histórico para o atendimento a estas necessidades, mesmo quando define ações e medidas aparentemente contraditórias.

Assim é que podemos entender por que o mesmo Estado democrático que reconheceu a luta pelos direitos sociais em geral e absorveu-os nos marcos do capitalismo sem qualquer mudança substancial em seus mecanismos de poder político democrático, vem cumprindo, há algumas décadas, a agenda neoliberal sob crescente autoritarismo. O mesmo parlamento que aprovou os benefícios (temporários) ao trabalho, pressionado que foi pela luta de classes, os retira em razão das necessidades e interesses do capital em crise, contando muitas vezes com a presença das mesmas personificações do capital do passado. Não há qualquer incompatibilidade na função social exercida pelo Estado antes ou depois. Alteram-se apenas historicamente as formas e os recursos envolvidos no atendimento aos interesses do capital social global.

As contradições imanentes do sistema do capital e a ação das forças centrífugas de suas unidades produtivas exigem a constituição de um comando político em separado, cujo objetivo é “complementar – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais” do sistema. Há uma

⁷ O Estado passa a transferir “parte do excedente de capital sob a forma de impostos aos capitalistas”, os quais usufruem dos fundos públicos para realizar seus investimentos. O Estado é convocado a atuar diretamente na contraposição “à tendência decrescente da taxa de lucro” (Teixeira, 1996:214). E acrescenta Mandel (1995:116) - ocorre um “deslocamento dos gastos estatais (nunca tão altos como a partir dos anos 80)”, que migrarão dos gastos sociais para as despesas militares, subsídios à iniciativa privada, “respaldo a instituições financeiras falidas” e atendimento ao “pagamento de juros da dívida pública”.

“reciprocidade dialética entre a estrutura de comando político e a socioeconômica”. O princípio estruturador do Estado, em todas as suas formas, “é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.” Desse modo, no decorrer de todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado tem por finalidade sustentar uma ação coesiva que realize os objetivos acumulativos e expansionistas do capital, independentemente dos mecanismos utilizados, os quais, ainda que aparentem ser contraditórios, não deixam nenhuma possibilidade para que se coloquem os interesses do trabalho acima dos interesses do capital (Mészáros, 2002).

Dessa forma, considerando a relação, entre o Estado e a base material da sociedade capitalista, de complementaridade com funções distintas, é insuficiente analisar a crise atual atribuída ao Estado (incompetente, ineficiente, perdulário etc.) sem articulá-la ao desenvolvimento do sistema do capital como um todo no cenário da crise estrutural. Da mesma maneira que é ilusório pensar que com medidas administrativas racionais, gerenciais e mais eficientes podemos reverter a relação de subordinação do público aos interesses privados da acumulação capitalista.

O que está implícito na posição daqueles que acusam o Estado como um dos principais responsáveis pela crise do sistema é a intenção de aprofundar sua inadequação para deslocá-lo de funções públicas que se tornaram atrativas para o capital privado, ou torná-lo mais dócil à penetração do capital financeiro especulativo através do relaxamento de restrições ao fluxo de capitais antes operantes. O Estado torna-se mais escandalosamente defensor de interesses monopolistas financeiros, abrindo-se para a terceirização de serviços e funções e para a ampliação de fundos de investimentos criados a partir de suas próprias empresas estatais. Traz para o interior de sua função pública agentes comprometidos diretamente com critérios de lucratividade e eficiência econômica privados. É tipicamente uma diluição dos limites entre o público e o privado, em tempos de crise, e de busca acelerada de recuperação das taxas de lucro do passado recente.

A partir deste tipo de compreensão do Estado e dos interesses de classe em jogo, sucessivos governos no Brasil têm se prestado a cumprir a agenda neoliberal de forma cada vez mais autoritária e com resultados sociais cada vez mais danosos.

A incapacidade teórica de se identificar as relações de codeterminação entre o Estado e a economia (sem prescindir do primado ontológico desta ante aquele) e a crescente ação do poder político em socorro às necessidades do enfrentamento da crise pelo sistema do capital podem desviar as atenções das forças sociais representativas do trabalho para alternativas ilusórias de recuperação do público no âmbito de um nekeynesianismo, intentando a recuperação do poder do público ante o privado. Tal desconhecimento da relação de complementaridade entre o Estado e o sistema do capital, o que significa admitir ilusoriamente que há uma independência do Estado em face dos determinantes estruturais da crise estrutural do capital, leva-as a procurar constituir uma contra-hegemonia que, se pautada apenas pelo combate aos princípios da reforma proposta pelo neoliberalismo, ficará prisioneira dos inquestionáveis marcos estruturais do sistema.

Em recente passagem pelo Brasil, Mészáros (2009) retoma essa questão:

o Estado Nacional moderno é *absolutamente incontrolável* nos próprios termos de referência do capital, como uma questão de determinação estrutural insuperável. O fracasso completo de todas as tentativas orientadas para uma reforma do estado socialmente significativa no decorrer do último século e meio fala inconfundivelmente sobre esta questão (Mészáros, 2009).

Sem provocar profundas alterações nos determinantes estruturais do sistema do capital não há “reforma da reforma” do Estado que nos direcione à emancipação do trabalho e à superação de toda forma de desigualdade entre os homens.

BIBLIOGRAFIA:

CHESNAIS, F. **Tobin or not Tobin?** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MANDEL, E. “O Neoliberalismo e a Alternativa Socialista na Atualidade” In: vv.aa. Liberalismo e Socialismo: novos e velhos paradigmas. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

_____. **A Crise do Capital – os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

TEIXEIRA, F.J. “O Neoliberalismo em Debate”. In: TEIXEIRA, F.J. e OLIVEIRA, M.A. de (org.) Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Fortaleza: UECE, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editora, 2002.

_____. "A Reconstrução Necessária da Dialética Histórica". Rio de Janeiro. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 2009. (mimeo).

SWEEZY, P. e MAGDOFF, H. **The Irreversible Crisis**. New York: Monthly Review Press, 1988.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.